

SAF – Sociedade Anônima do Futebol



Olá, eu sou o Rafael Lacerda.



Sócio fundador e CEO da Lacerda Diniz Machado, com aproximadamente 30 anos de experiência na advocacia corporativa/empresarial, tendo atuado em grandes operações de M&A e reestruturações societárias e tributárias. Reconhecido nacionalmente por sua expertise em Planejamentos Patrimoniais e Sucessórios, além da implementação de planos de Governança Corporativa e Familiar.

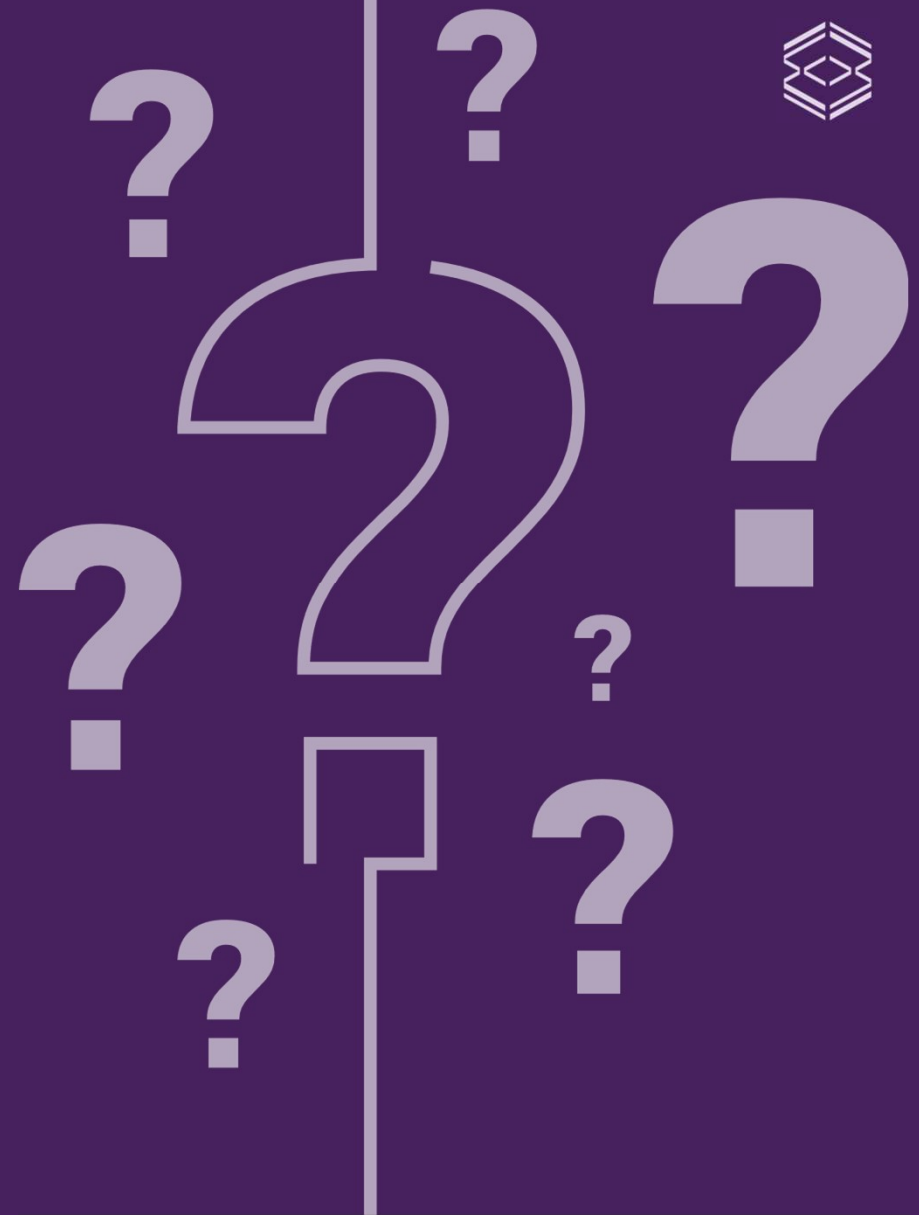
Sócio da Universidade do Futebol, sou especialista em estruturação de SAFs para clubes brasileiros.

Possuo MBAs em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas e Ohio University/USA, pós-graduação em Direito Empresarial pela Universidade Gama Filho e concluiu o Programa de Desenvolvimento de Dirigentes (PDD) e o Programa de Desenvolvimento de Conselheiros (PDC), ambos da Fundação Dom Cabral.

Sou Vice-Presidente da ALAGRO (Academia Latino-Americana do Agronegócio).



Transformar o **Clube** em empresa é
sinônimo de **sucesso**?





Kodak

amazon

x

NOKIA

CERVEJARIA
ambev



SAF – SOCIEDADE ANÔNIMA DO FUTEBOL

Cases de transformação **mal sucedidos** em empresas



- **Vasco:** Em 2022, com a tentativa de transformação do Vasco em SAF, foi realizada a venda de 70% da SAF para a 777 Partners. A tentativa tem sido marcada por diversos desafios e imprevistos, muitos destes ligados a problemas financeiros da 777 Partners e o afastamento da empresa, por decisão judicial, do controle da SAF.
- **Figueirense:** Buscou uma parceria com a empresa Elephant em 2017, mas não vingou. Depois de se tornar clube-empresa, caiu para a terceira divisão nacional. Em 2019 a parceria foi rompida.
- **Belenenses:** Em 2012, o clube cedeu 51% das ações para uma empresa chamada Codecity. Logo percebeu que não havia feito um bom negócio. A Associação rompeu com a SAD em 2018. O Belenenses resolveu recomeçar nas divisões amadoras do Campeonato Português, enquanto o Belenenses Sociedade Anônima Desportiva manteve seu “questionável” modelo empresarial na primeira divisão.
- **Parma:** Time precisou recomeçar na quarta divisão. O clube chegou a declarar falência em 2015 depois de perder a parceria da Parmalat e ficar sem dinheiro, até, para pagar água. Segundo as leis italianas, precisou mudar de nome, e distintivo, recomeçando na quarta divisão nacional, considerada amadora. Em 2018 conseguiu retornar à Série A.

Slide 5

RL1 Colocar o Vasco e explicar
Rafael Lacerda; 2025-05-14T13:04:24.644

SAF – SOCIEDADE ANÔNIMA DO FUTEBOL

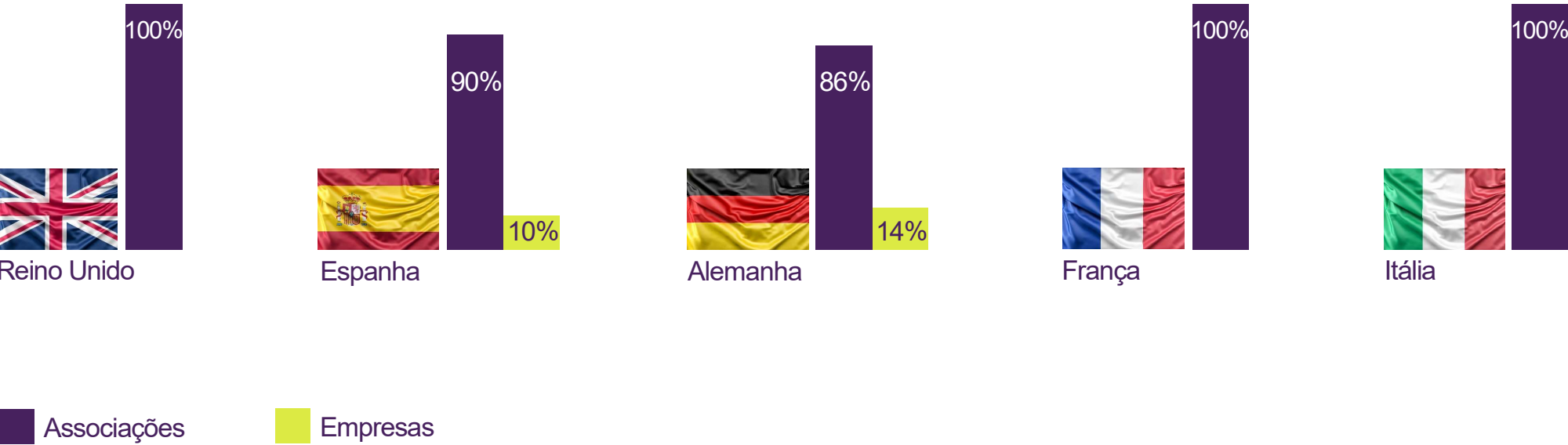
Cases de transformação **bem sucedidos** em empresas



Empresas X Associações – Visão geral 5 principais ligas

8% dos clubes da 1ª divisão analisados ainda se mantém na forma jurídica de Associação. Quando analisamos 1ª e 2ª divisões, o percentual cai para 4%.

Abaixo analisamos o percentual de Clubes “Empresas” x Associações considerando 1ª e 2º divisões de cada país.



Slide 6

RL1 Possivel aumentar fonte ? Muito pequeno
Rafael Lacerda; 2025-05-14T13:04:45.880

SAF – SOCIEDADE ANÔNIMA DO FUTEBOL

Disposições introdutórias



Conforme disposto no art. 2º, a SAF pode ser constituída em 3 hipóteses, sendo elas:

Transformação do clube ou pessoa jurídica original em SAF – Cuiabá



A SAF sucede obrigatoriamente o clube ou pessoa jurídica original nas relações com as entidades de administração, bem como nas relações contratuais, de qualquer natureza, com atletas profissionais do futebol e; terá o direito de participar e competir de igual maneira como anteriormente era realizado pelos clubes.

Cisão do departamento de futebol do clube ou Pessoa Jurídica Original em transferência do seu patrimônio relacionado a atividade futebolística – Atlético Mineiro, Cruzeiro, Botafogo, Vasco



Iniciativa própria de pessoa natural ou jurídica ou fundo de investimento



Haverá sucessão dos direitos e deveres decorrentes das relações estabelecidas pelo clube.

Transferência dos direitos patrimoniais, as instalações desportivas (estádios, arenas) – **não é obrigatório**.

A SAF emitirá obrigatoriamente ações ordinárias da classe A para o Clube ou PJ que a constituiu.



SAF – SOCIEDADE ANÔNIMA DO FUTEBOL

Clubes que viraram SAF's



DISTRITO FEDERAL – 4 SAF's

- ⚽ Gama Sociedade Anônima de Futebol

GOIÁS – 5 SAF's

- ⚽ Centro Oeste Futebol Clube
Sociedade Anônima do Futebol

PARAÍBA – 1 SAF

- ⚽ Centro Esportivo Paraibano – CSP S.A.F.

PERNAMBUCO – 1 SAF

- ⚽ Flamengo Sport Club de Arcoverde
Sociedade Anônima do Futebol

MATO GROSSO – 2 SAF's

- ⚽ Cuiabá Esporte Clube - Sociedade Anônima do Futebol
- ⚽ Novo Mixto Esporte Clube -
Sociedade Anônima do Futebol

MINAS GERAIS – 11 SAF's

- ⚽ Atlético Mineiro S.A.F.
- ⚽ América Futebol Clube Sociedade Anônima do Futebol
- ⚽ Cruzeiro Esporte Clube - Sociedade Anônima do Futebol

SAF – SOCIEDADE ANÔNIMA DO FUTEBOL

Clubes que viraram SAF's



PARANÁ – 15 SAF's

- ⚽ Maringá Futebol Clube S.A.F.
- ⚽ Paraná Clube - Sociedade Anônima do Futebol
- ⚽ Coritiba Sociedade Anônima do Futebol
- ⚽ P8 Futebol - Sociedade Anônima do Futebol

RIO GRANDE DO NORTE – 4 SAF's

- ⚽ Clube Laguna Sociedade Anônima do Futebol

RIO GRANDE DO SUL – 1 SAF

- ⚽ Clube Futebol Com Vida S.A.F.

RIO DE JANEIRO – 6 SAF's

- ⚽ S.A.F. Botafogo
- ⚽ Miguel Pereira Esporte Clube Sociedade Anônima do Futebol
- ⚽ Vasco S.A.F

SANTA CATARINA – 5 SAF's

- ⚽ Figueirense Futebol Clube S.A.F.
- ⚽ Hercílio Luz Futebol Clube S.A.F.

SÃO PAULO – 21 SAF's

- ⚽ Pinda Futebol Clube Sociedade Anônima de Futebol

SAF – SOCIEDADE ANÔNIMA DO FUTEBOL

Clubes que viraram SAF's



BAHIA – 7 SAF's

- ⚽ Esporte Clube Bahia S.A.F.
- ⚽ Fluminense de Feira Futebol Clube – Sociedade Anônima do Futebol

CEARÁ – 3 SAF's

- ⚽ Fortaleza Esporte Clube S.A.F.

ACRE – 1 SAF

- ⚽ Santa Cruz Acre Esporte Clube S.A.F.

SERGIPE – 1 SAF

- ⚽ Falcon Futebol Clube S.A.F.

ESPÍRITO SANTO – 2 SAF's

- ⚽ Nova Venécia Futebol Clube S.A.F.

MATO GROSSO DO SUL – 2 SAF's

- ⚽ Futebol Clube Pantanal S.A.F.

AMAZONAS – 1 SAF

- ⚽ Sete Futebol Clube S.A.F.

RORAIMA – 1 SAF

- ⚽ Monte Roraima Futebol Clube S.A.F.

TOTAL (IBESAF) – 95 SAF's

SAF – SOCIEDADE ANÔNIMA DO FUTEBOL

Cuiabá Esporte Clube



CUIABÁ ESPORTE CLUBE LTDA.

CNPJ/RFB 04.847.144/0001-39 - NIRE/JUCEMAT 51.201.076.499

10º INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL E TRANSFORMAÇÃO DO TIPO JURÍDICO DE

CUIABÁ ESPORTE CLUBE LTDA.

PARA

CUIABÁ ESPORTE CLUBE - SOCIEDADE ANONIMA DO FUTEBOL

I. DA TRANSFORMAÇÃO DO TIPO JURÍDICO

1.1. Aprovar a transformação do tipo jurídico da Sociedade, de sociedade empresária limitada para sociedade anônima do futebol, a qual passará a ser regida pela Lei nº 14.193, de 6 de agosto de 2021 ("Lei do Clube-Empresa") e, subsidiariamente, pela Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, transformação essa que ora fazem na forma do disposto no artigo 66 da Instrução Normativa nº 81, publicada pelo Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração – DREI em 15 de junho de 2020 ("IN 81/2020"):

Art. 66. A transformação de sociedades contratuais em qualquer outro tipo de sociedade deverá ser formalizada por meio de alteração contratual, na qual será aprovado o estatuto ou contrato social, que poderá ser transcrito na própria alteração ou em instrumento separado.

1.2. A Sociedade continuará a operar dentro do mesmo exercício social, atendidas as exigências fiscais e contábeis aplicáveis. Os sócios aprovam, ainda, a manutenção da estrutura operacional da Sociedade, que permanecerá com o mesmo ativo e passivo, mantendo a escrituração, atendidas as exigências legais de natureza fiscal e contábil, não sofrendo qualquer solução de continuidade em seus negócios, bens, direitos, obrigações e atividades sociais, sendo garantidos os direitos dos credores, situação essa que os acionistas, em sua totalidade, reconhecem e aprovam, sem quaisquer restrições.

1.3. Em virtude da transformação ora aprovada, o capital social da Sociedade, atualmente de **R\$ 10.000,00** (dez mil reais) dividido em 10.000 (dez mil) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, totalmente subscritas e integralizadas, passa a ser dividido em 10.000 (dez mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, distribuídas entre os acionistas conforme Lista de Conversão de Quotas em Ações Ordinárias Representativas do Capital Social da Sociedade, que integra o presente instrumento como **ANEXO I**.



ATA DE ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DE

“CRUZEIRO ESPORTE CLUBE - SOCIEDADE ANÔNIMA DO FUTEBOL”

REALIZADA EM 22 DE NOVEMBRO DE 2.021.

ESTATUTO SOCIAL

CAPITULO II - DO CAPITAL SOCIAL, DAS AÇÕES E DOS ACIONISTAS

Artigo 5º - O capital social da Companhia é de R\$ 22.930.000,00 (vinte e dois milhões novecentos e trinta mil reais), totalmente subscrito e parcialmente integralizado, dividido em 22.930.000 (vinte e dois milhões novecentas e trinta mil) ações ordinárias da classe A, todas nominativas e sem valor nominal, detidas integralmente pelo Clube.

Parágrafo 1º - À Companhia é permitido emitir, em aumentos de capital social futuro, ações ordinárias e/ou preferenciais de outras classes, devendo para tanto haver o voto autorizativo do Clube.

Parágrafo 2º - Na proporção do número de ações que possuírem, os acionistas terão direito de preferência para subscrição de aumento de capital, observado o disposto no artigo 171 da Lei nº 6.404.

SAF – SOCIEDADE ANÔNIMA DO FUTEBOL

Botafogo de Futebol e Regatas



ATA DE ASSEMBLEIA GERAL
DE CONSTITUIÇÃO DA

S.A.F. BOTAFOGO

REALIZADA EM 22 DE DEZEMBRO DE 2021

6. Deliberações tomadas por unanimidade de votos:

6.1. Constituir sociedade anônima do futebol, nos termos da Lei nº 14.193/21, sob a denominação social de S.A.F. BOTAFOGO, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Venceslau Brás, nº 72, Botafogo, CEP 22.230-090.

6.2. Aprovar o capital social inicial da S.A.F. BOTAFOGO, de R\$ 1.000,00 (um mil reais), representado por 1.000 (um mil) ações, sendo 950 (novecentas e cinquenta) ações ordinárias da classe A, com voto plural de 10 (dez) votos por ação, e 50 (cinquenta) ações ordinárias da classe B, com 1 (um) voto por ação, todas nominativas e sem valor nominal, detidas integralmente pelo acionista fundador e subscritor, o BOTAFOGO DE FUTEBOL E REGATAS, ao preço de emissão de R\$1,00 (um real) por cada ação, totalmente subscritas e integralizadas neste ato, nos termos do Boletim de Subscrição que constitui o Anexo I da Assembleia Geral de Constituição a que se refere esta ata.

SAF – SOCIEDADE ANÔNIMA DO FUTEBOL

Atlético Mineiro

“ESTATUTO SOCIAL DA ATLÉTICO MINEIRO S.A.F.

CAPÍTULO I DA DENOMINAÇÃO, DURAÇÃO E SEDE

ARTIGO 1º A ATLÉTICO MINEIRO S.A.F. (“CAM SAF”) é uma sociedade anônima do futebol constituída nos termos da Lei nº 14.193, de 06 de agosto de 2021 (“Lei nº 14.193/21”), que se rege pelas leis e usos do comércio e por este Estatuto Social, pela Lei nº 14.193/21 e, subsidiariamente, pelas disposições da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das Sociedades por Ações”).

CAPÍTULO III DO CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

ARTIGO 5º O capital social da CAM SAF, totalmente subscrito e parcialmente integralizado, é de R\$ 1.290.032.901,41 (um bilhão, duzentos e noventa milhões, trinta e dois mil, novecentos e um reais e quarenta e um centavos), dividido em 4.000.000 (quatro milhões) de ações, sendo 1.000.000 (um milhão) de ações ordinárias da classe A e 3.000.000 (três milhões) de ações ordinárias da classe B, todas nominativas e sem valor nominal.

PARÁGRAFO 1º – Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral, independentemente de sua classe, respeitadas as matérias que dependam obrigatoriamente de aprovação do acionista detentor de ações ordinárias classe A.

PARÁGRAFO 2º – As ações ordinárias Classe A serão sempre detidas exclusivamente pelo CAM, observados os direitos e prerrogativas a elas asseguradas pela Lei nº 14.193/21, o disposto neste Estatuto Social e no Acordo de Acionistas arquivado na sede social da CAM SAF.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DO CLUBE ATLÉTICO MINEIRO

O Presidente do Conselho Deliberativo do Clube Atlético Mineiro, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, que lhe conferem o art. 46 e seguintes do Estatuto Social, para os fins previstos no artigo 44, VII, III e XX, e artigos. 15, 16 e 17, do referido Estatuto, **CONVOCA** os(as) Senhores(as) Conselheiros(as) Grande-Beneméritos, Beneméritos, Natos e Eleitos, para **REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**, que terá lugar na sede administrativa do Clube Atlético Mineiro, com endereço na Avenida Olegário Maciel, n.º 1.516, Bairro de Lourdes, Belo Horizonte, MG, CEP: 30180-112, iniciando-se às 08h00min do dia 20 (vinte) de julho de 2023, quinta-feira, em primeira convocação, com a presença de 2/3 do número total dos(as) Senhores(as) Conselheiros(as), e às 09h00min em segunda convocação, com a presença de qualquer número dos(as) Senhores(as) Conselheiros(as), encerrando-se às 18h00min do dia 21 (vinte e um) de julho de 2023, a ser realizada de forma semipresencial (“híbrida”), sendo (i) presencialmente no auditório da Sede do Clube Atlético Mineiro e (ii) remotamente, em ambiente virtual, ficando garantida a possibilidade de todos(as) os(as) Senhores(as) Conselheiros(as) participarem e votarem, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

ORDEM DO DIA

- (i) Aprovar, nos termos da proposta apresentada pela Diretoria, a constituição da sociedade anônima do futebol do Clube Atlético Mineiro, nos termos da Lei n. 14.193/2021 (“SAF”);
- (ii) Aprovar, nos termos da proposta apresentada pela Diretoria, (1) a transferência do acervo líquido do patrimônio do Clube Atlético Mineiro relacionado ao departamento de futebol para a SAF, a título de integralização de capital social, incluindo (a) os direitos federativos e econômicos dos atletas de todas as categorias, feminino e masculino, (b) as cotas do Fundo de Investimento Imobiliário – AVM FI, constituído sob a forma de condomínio fechado, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 33.354.650/0001-94, (c) o centro de treinamento, incluindo suas instalações, benfeitorias e imóveis, e (d) determinadas obrigações e (2) o licenciamento de propriedade intelectual e dos símbolos principais do Clube Atlético Mineiro para a SAF, pelo prazo mínimo de 30 (trinta) anos;
- (iii) Aprovar, nos termos da proposta apresentada pela Diretoria, a alienação de até 75% (setenta e cinco por cento) das ações de emissão da SAF, seja em operação primária (aumento de capital) e/ou secundária, para uma sociedade anônima de capital fechado que seja controlada, direta ou indiretamente, por Rubens Menin Teixeira de Souza e/ou Ricardo Annes Guimarães e/ou Rafael Nazareth Menin Teixeira de Souza e/ou Renato Moraes Salvador Silva, considerando o valor de R\$913.000.000,00 (novecentos e treze milhões de reais) proporcional a uma alienação, em operação primária (aumento de capital) e/ou secundária, de 75% (setenta e cinco por cento) das ações de emissão da SAF;



RL1 Consegue ver como foi integralizado ? Em \$\$\$?
Rafael Lacerda; 2025-05-14T13:06:00.205

SAF – SOCIEDADE ANÔNIMA DO FUTEBOL

Fortaleza Esporte Clube



ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I

DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO SOCIAL E DURAÇÃO

Art. 1º. O FORTALEZA EC – SOCIEDADE ANÔNIMA DE FUTEBOL (“Companhia” ou “FORTALEZA EC SAF”) é uma sociedade anônima do futebol, constituída nos termos da Lei nº 14.193, de 06 de agosto de 2021 (“Lei nº 14.193/21”), que se rege pelas leis e usos do comércio e por este estatuto social (“Estatuto”), pela Lei nº 14.193/21 e, subsidiariamente, pelas disposições da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei nº 6.404/76”), da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998 (“Lei nº 9.615/98”) e da Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023 (“Lei nº 14.597/23”), bem como demais leis, normas e regulamentos a ela aplicáveis. O FORTALEZA EC SAF observará, ainda, normas emitidas pela Federação Internacional de Futebol (*Fédération Internationale de Football Association*) - FIFA, Confederação Sul-Americana de Futebol - Conmebol, Confederação Brasileira de Futebol - CFB e Federação Cearense de Futebol - FCF.

Seção I

Capital Social

Art. 5º. O capital social do FORTALEZA EC SAF, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$ 1.000,00 (mil reais), dividido em 1.000 (mil) ações ordinárias classe A, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

§ 1º As ações ordinárias da classe A serão sempre detidas exclusivamente pelo Fortaleza Esporte Clube e:

- (i) participarão da distribuição de lucros do FORTALEZA EC SAF de acordo com a sua proporção no capital social do FORTALEZA EC SAF; e
- (ii) terão todas as prerrogativas a elas asseguradas e previstas neste Estatuto, na Lei nº 14.193/21 e em quaisquer acordos de acionistas arquivados na sede do FORTALEZA EC SAF.

§ 2º Cada ação ordinária de emissão do FORTALEZA EC SAF terá direito a 1 (um) voto nas Assembleias Gerais de acionistas, independentemente de sua classe, respeitadas as matérias que dependam necessariamente da aprovação do acionista detentor de ações ordinárias classe A.



ESTATUTO SOCIAL

ESPORTE CLUBE BAHIA S.A.F.
CNPJ/MF nº 49.723.699/0001-07
NIRE 29300041262

CAPÍTULO II
CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Artigo 5º. O capital social da Sociedade, totalmente subscrito e parcialmente integralizado, é de R\$ 349.501.373,00 (trezentos e quarenta e nove milhões, quinhentos e um mil, trezentos e setenta e três reais), dividido em (i) 28.311.000 (vinte e oito milhões, trezentas e onze mil) ações ordinárias Classe A, e (ii) 254.799.000 (duzentos e cinquenta e quatro milhões, setecentas e noventa e nove mil) ações ordinárias Classe B, todas nominativas e sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro. Cada ação ordinária tem direito a 1 (um) voto nas deliberações da Assembleia Geral de Acionistas, observado o disposto no Parágrafo 4º.

A criação da SAF do Atlético Mineiro passou por um processo bastante singular.

Pelo que entendemos, a estruturação partiu de uma cisão que resultou na formação da SAF, à qual foram transferidas 100% das dívidas do clube — uma estratégia que evitou o caminho da recuperação judicial, escolhido por outros grandes clubes.

Você pode nos contar um pouco mais sobre como se deu esse processo?



SAF – SOCIEDADE ANÔNIMA DO FUTEBOL

Muito importante



Independentemente do percentual das Ações Ordinárias A, depende da anuência do Clube:

Alienação da denominação; modificação do símbolo, brasão, marca, hino e cores; mudança da sede para outro município;

Alteração nos direitos das ações ONA, bem como sua extinção

Enquanto ações de classe A corresponderem a 10% do capital social, o voto afirmativo será condição necessária para deliberar sobre:

Alienação, oneração, cessão, conferência, doação, fusão, cisão, incorporação, dissolução liquidação, extinção e participação em campeonatos

SAF – SOCIEDADE ANÔNIMA DO FUTEBOL

Governança



REGRA GERAL

De acordo com a legislação, o acionista controlador da Sociedade Anônima do Futebol, individual, ou integrante de acordo de controle, **não poderá deter participação, direta ou indiretamente, em outra SAF.**



ACIONISTA



SAF 1



SAF 2

EXCEÇÃO

O acionista que detiver 10% do capital social da SAF, sem a controlar, se participar do capital social de outra SAF não terá direito a voz nem a voto nas assembleias

Base legal: art. 4º da Lei 14.193/21

SAF – SOCIEDADE ANÔNIMA DO FUTEBOL

Governança



Não poderá ser integrante do conselho de administração, conselho fiscal ou diretoria da Sociedade Anônima do Futebol:

- Membro de qualquer órgão de administração, deliberação ou fiscalização de órgão executivo de **outra SAF**;
- Membro de qualquer órgão de administração, deliberação ou fiscalização, bem como de órgão executivo, **de clube ou pessoa jurídica original**, salvo daquele que deu origem ou constituiu a SAF;
- Membro de órgão de administração, deliberação ou fiscalização, bem como de órgão executivo, de **entidade de administração**;
- **Atleta profissional** de futebol com contrato de trabalho desportivo vigente;
- **Treinador de futebol** em atividade com contrato celebrado com clube, pessoa jurídica original ou Sociedade Anônima do Futebol;
- **Arbitro** de Futebol em atividade

O estatuto da SAF poderá estabelecer critérios adicionais para a eleição dos membros do Conselho de Administração.

Conselheiros que atuem cumulativamente com outros cargos não podem receber remuneração pela função no Conselho de Administração da SAF.

Empregados ou membros de qualquer órgão da entidade original, enquanto acionistas da SAF, não podem ser eleitos para a diretoria ou conselho fiscal da SAF.

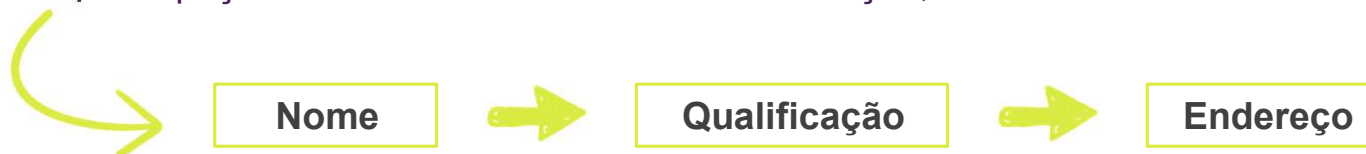
Os diretores da SAF devem ter dedicação exclusiva às atividades da sociedade, conforme critérios definidos no estatuto.

SAF – SOCIEDADE ANÔNIMA DO FUTEBOL

Governança



A Pessoa Jurídica que detiver participação igual ou superior a 5% do capital social da SAF, deverá informar sua participação à entidade nacional de administração, como:



A SAF que obtiver receita bruta anual de até R\$78.000.000,00 (setenta e oito milhões de reais), poderá realizar todas as publicações obrigatórias por lei, de maneira eletrônica: Estatuto, Composição e a biografia, relatório da administração e etc, devendo mantê-las, no próprio sítio eletrônico, durante o prazo de 10 (dez) anos

SAF – SOCIEDADE ANÔNIMA DO FUTEBOL

Governança



A SAF não responde pelas obrigações do Clube ou Pessoa Jurídica original que a constituiu, anterior ou posterior a data de constituição.

Exceção: quanto às atividades específicas do seu objeto social **e aquelas cedidas à SAF;**

Com relação a dívidas trabalhistas, integram ao rol de credores os atletas, membros da comissão técnica e funcionários cuja atividade principal seja vinculada diretamente.



O Clube ou a Pessoa Jurídica original é responsável pelos pagamentos anteriores a constituição da SAF, por meio de receitas próprias e das receitas que serão transferidas pela SAF:

Por destinação de 20% das receitas correntes mensais auferidas pela SAF, exclusivamente nos casos em que o clube ou a pessoa jurídica original tenha optado pelo regime centralizado de execuções, conforme previsto no artigo 13, caput, inciso I, da Lei da SAF e no plano aprovado pelos credores;

Por destinação de 50% (cinquenta por cento) dos dividendos, dos juros sobre o capital próprio ou de outra remuneração recebida desta, na condição de acionista.



Os administradores da Sociedade Anônima do Futebol respondem pessoal e solidariamente pelas obrigações relativas aos repasses financeiros

SAF – SOCIEDADE ANÔNIMA DO FUTEBOL



PROCESSO nº 0010036-87.2022.5.03.0110 (ROT)

RECORRENTES: **EMERSON SILAMI GARCIA**, CRUZEIRO ESPORTE CLUBE, CRUZEIRO ESPORTE CLUBE - SOCIEDADE ANÔNIMA DO FUTEBOL

RECORRIDOS: **EMERSON SILAMI GARCIA**, CRUZEIRO ESPORTE CLUBE, CRUZEIRO ESPORTE CLUBE - SOCIEDADE ANÔNIMA DO FUTEBOL

RELATOR: DES. MARCO ANTONIO PAULINELLI DE CARVALHO

EMENTA

SOCIEDADE ANÔNIMA DE FUTEBOL. EMPREGADO VINCULADO AO DEPARTAMENTO DE FUTEBOL. RESPONSABILIDADE TRABALHISTA. Nos termos do art. 9º da Lei nº 14.192/21, a Sociedade Anônima de Futebol (SAF) responde pelas obrigações contraídas pelo clube em relação aos atletas, membros da comissão técnica e funcionários cuja atividade principal seja vinculada diretamente ao departamento de futebol, observados os limites previstos no art. 10 quanto à destinação de receitas.

Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região

Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo

0010052-44.2022.5.03.0012

AUTOR: FABIO ANDERSON MONCAO FAGUNDES

RÉU: CRUZEIRO ESPORTE CLUBE

RÉU: CRUZEIRO ESPORTE CLUBE - SOCIEDADE ANÔNIMA DO FUTEBOL

DISPOSITIVO

Isso posto, decido, na Ação Trabalhista (0010052-44.2022.5.03.0012) ajuizada por **FABIO ANDERSON MONCAO FAGUNDES** em face de **CRUZEIRO ESPORTE CLUBE, CRUZEIRO ESPORTE CLUBE - SOCIEDADE ANONIMA DO FUTEBOL**, nos termos da fundamentação, rejeitar as preliminares, nos termos da fundamentação, e, no mérito, julgar **PROCEDENTES**, os pedidos, para condenar, a 1ª ré e, **solidariamente**, a 2ª ré, a pagarem à parte autora, no prazo legal e conforme se apurar em liquidação de sentença por simples cálculos, observados os parâmetros traçados na fundamentação, que integram o presente decisum, as seguintes parcelas, atualizadas e acrescidas de juros de mora até a data do efetivo pagamento...

SAF – SOCIEDADE ANÔNIMA DO FUTEBOL



PROCESSO nº [0100314-03.2022.5.01.0010](#) (RORSum)

RECORRENTE: S.A.F BOTAFOGO

RECORRIDO: LAURA MARIN CAETANO, BOTAFOGO DE FUTEBOL E REGATAS

RELATORA: DALVA AMÉLIA DE OLIVEIRA

EMENTA

DIREITO DO TRABALHO. SOCIEDADE ANÔNIMA DE FUTEBOL. ATLETA PROFISSIONAL DE FUTEBOL. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA ENTRE O CLUBE DE FUTEBOL E A SOCIEDADE ANÔNIMA. Nos termos do art. 9º da Lei nº [14.192](#)/21, a Sociedade Anônima de Futebol (SAF) responde pelas obrigações contraídas pelo clube em relação aos atletas, membros da comissão técnica e funcionários, cuja atividade principal seja vinculada diretamente ao departamento de futebol.

PROCESSO nº [0100233-34.2023.5.01.0070](#) (RORSum)

RECORRENTE: VASCO DA GAMA SOCIEDADE ANÔNIMA DO FUTEBOL

RECORRIDOS: ROGÉRIO FONSECA BANDEIRA e CLUB DE REGATAS VASCO DA GAMA

RELATOR: Desembargador RILDO ALBUQUERQUE MOUSINHO DE BRITO

EMENTA

CLUBE DE FUTEBOL. SOCIEDADE ANÔNIMA DE FUTEBOL. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. LEI [14.193](#)/2021. A sociedade anônima de futebol responde pelas obrigações do clube que a constituiu, anteriores à data da sua [constituição](#), quanto às atividades específicas do seu objeto social, mas na forma estabelecida pelo art. [10](#) da Lei nº [14.193](#)/2021.

SAF – SOCIEDADE ANÔNIMA DO FUTEBOL

Regime centralizado de execução



O Clube ou pessoa jurídica original poderá efetuar o pagamento das obrigações de duas maneiras:

Pelo concurso de credores, por intermédio do Regime Centralizado de Execuções previsto nesta Lei; ou

por meio de **recuperação judicial ou extrajudicial**, nos termos da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005.



Se optar pelo Regime Centralizado de Execuções, que consistirá em concentrar no juízo centralizador de execuções, as suas receitas e os valores arrecadados. Este Regime Centralizado de Execuções será disciplinado pelo Poder Judiciário por meio de ato próprio dos seus tribunais, e conferirá o prazo de 6 (seis) anos para pagamento de credores. Caso tenha quitado ao menos 60% da dívida, poderá pedir prorrogação por mais 4 anos.

O Clube ou pessoa jurídica original que optar pela RJ, e por exercer atividade econômica, é admitido como parte legítima para requerer a recuperação judicial ou extrajudicial.

Os contratos bilaterais, contratos de atletas profissionais vinculados ao clube ou pessoa jurídica original não se resolvem em razão do pedido de recuperação judicial e extrajudicial e poderão ser transferidos à Sociedade Anônima do Futebol no momento de sua constituição.

Base legal: arts. 13º, 14º e seguintes da Lei 14.193/21.

SAF – SOCIEDADE ANÔNIMA DO FUTEBOL

Regime centralizado de execução – Corinthians



Corinthians quer benefício de SAF para centralizar R\$ 42 milhões em dívidas

O [Corinthians](#) respondeu um pedido da Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo e informou o valor exato da dívida que pretende centralizar: R\$ 42.659.905,27.

Essa quantia corresponde aos processos que o clube quer reunir para entrar no regime de centralização das execuções de dívidas cíveis.

O Corinthians tem direito à centralização?

Em decisão do dia 11 de março, o juiz Ricardo Anafe, presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, afirmou que o clube pode ser beneficiado pelo regime centralizado de execuções previsto na lei das SAFs, por ser classificado como associação civil dedicada ao fomento e prática desportiva.

Para o magistrado, o pedido encontra respaldo na legislação, pois possibilita ao clube ou pessoa jurídica, e não apenas à sociedade anônima, o pagamento de obrigações diretamente aos credores pelo regime centralizado de execuções. Assim, deferiu o pedido.

Porém, apontou que a questão sobre a suspensão de todas as execuções, bem como a concessão de prazo para a apresentação do plano de pagamentos e credores, deve ser objeto do tribunal por meio de um juízo centralizado.

<https://www.uol.com.br/esporte/colunas/diego-garcia/2022/06/30/corinthians-quer-beneficio-de-saf-para-centralizar-r-42-milhoes-em-dividas.htm>

SAF – SOCIEDADE ANÔNIMA DO FUTEBOL

Regime centralizado de execução – Portuguesa



Em nova decisão polêmica, Justiça concede à Portuguesa direito de centralizar execuções

A Portuguesa obteve uma importante conquista fora das quatro linhas no último sábado (14). O presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP), Ricardo Anafe, aceitou parcialmente o pedido da Lusa para aderir ao Regime Centralizado de Execuções (RCE) e assim suspender imediatamente parte das execuções e penhoras contra o clube com base no art. 13, inciso I, da Lei 14.193/21 – promulgada em 6 de agosto de 2021.

A decisão, apesar de favorável para a Portuguesa, é polêmica no campo jurídico, uma vez que há divergência de entendimento quanto à concessão do benefício para clubes associativos, ou seja, que ainda não se transformaram em Sociedade Anônima do Futebol (SAF), como é o caso do clube paulista.

“A decisão proferida pelo TJ/SP não chega a ser uma novidade, pois outros clubes já haviam conseguido anteriormente medidas semelhantes, como o Vasco da Gama, o Botafogo e o Cruzeiro. O interessante do precedente, é que os Tribunais e a Justiça como um todo, passam a ter um embasamento claro para suas decisões (o que não existia até então). Os artigos 13 e 14 da Lei da SAF (Lei 14.193/2021), permitem aos clubes associativos, e não apenas à SAF, fazerem uso de alguns mecanismos para estimular o equacionamento dos passivos dos clubes, como é o caso do RCE. O precedente é de grande importância e a tendência é que comecemos a observar mais decisões nesse sentido”, avalia Rafael Marcondes, advogado especialista em direito desportivo e colunista do **Lei em Campo**.

Para Theotonio Chermont, advogado trabalhista e colunista do **Lei em Campo**, os tribunais estão desvirtuando a aplicação da lei da SAF.

“A culpa é de quem a redigiu, muito mal, por sinal. Bastava constar expressamente que só se aplicava a clubes que tivessem constituído a SAF. Não teríamos toda essa celeuma que está ocorrendo em diversos tribunais. Os magistrados que deferem o RCE aos clubes associativos não estudaram a lei a fundo tampouco a exposição de motivos do legislador. Sequer interpretaram a lei como um todo. Pinçaram artigos que os interessava para amparar suas decisões. Entendo que foram decisões tecnicamente ruins e com um sentimento de pena dos clubes ilegalmente beneficiados”, critica o especialista, que acrescenta:

“Basta analisar a redação da maioria dos artigos para constatar que sem a SAF como garantidora do pagamento das dívidas não há como deferir esses pedidos dos clubes. Inclusive, o art. 10 que versa sobre os pagamentos do RCE exige o repasse de valores pela SAF. Como então por esse plano em prática sem a sua existência? E quem garantirá os credores se a SAF não existe? O art. 11 é de clareza solar nesse sentido”.

<https://leiemcampo.com.br/em-nova-decisao-polemica-justica-concede-a-portuguesa-direito-de-centralizar-execucoes/>

SAF – SOCIEDADE ANÔNIMA DO FUTEBOL

Regime centralizado de execução – Vasco



Vasco atrasa parcela do Regime Centralizado de Execuções; entenda o que pode ocorrer

Clube deveria ter depositado parcela referente ao mês de maio até o último dia 25

O **Vasco** está em atraso com o Regime Centralizado de Execuções, mecanismo ao qual destina 20% de sua receita corrente mensal para pagar as dívidas cíveis e trabalhistas. O clube não depositou a parcela referente ao mês de maio.

Pelo acordo com a comissão de credores, o Vasco precisa pagar o RCE no dia 5 do mês, mas existe uma tolerância de até 20 dias em caso de atraso. Em outras ocasiões, **o clube chegou a atrasar o pagamento em alguns dias**, mas nunca havia virado o mês sem que o depósito fosse feito.

No último dia 26, a Justiça do Trabalho emitiu uma certidão a pedido de um dos credores atestando que o Vasco ainda não havia pago a parcela de maio.

"Certifico que até o momento não houve comprovação pelo Clube de Regatas Vasco da Gama do depósito da parcela de junho/2024, correspondente a 20% (vinte por cento) da receita corrente do Clube de maio/2024", diz a certidão.

Caso o Vasco não regularize o pagamento em breve, a tendência é de que o juiz centralizador decida permitir a execução individual dos credores. Isso significa que o clube poderá voltar a sofrer com penhoras, por exemplo.

<https://ge.globo.com/futebol/times/vasco/noticia/2024/07/02/vasco-atrasa-parcela-do-regime-centralizado-de-execucoes-entenda-o-que-pode-ocorrer.ghtml>

SAF – SOCIEDADE ANÔNIMA DO FUTEBOL

Regime centralizado de execução – Vasco



Vasco atrasa parcela do Regime Centralizado de Execuções; entenda o que pode ocorrer

Clube deveria ter depositado parcela referente ao mês de maio até o último dia 25

O **Vasco** está em atraso com o Regime Centralizado de Execuções, mecanismo ao qual destina 20% de sua receita corrente mensal para pagar as dívidas cíveis e trabalhistas. O clube não depositou a parcela referente ao mês de maio.

Pelo acordo com a comissão de credores, o Vasco precisa pagar o RCE no dia 5 do mês, mas existe uma tolerância de até 20 dias em caso de atraso. Em outras ocasiões, **o clube chegou a atrasar o pagamento em alguns dias**, mas nunca havia virado o mês sem que o depósito fosse feito.

No último dia 26, a Justiça do Trabalho emitiu uma certidão a pedido de um dos credores atestando que o Vasco ainda não havia pago a parcela de maio.

"Certifico que até o momento não houve comprovação pelo Clube de Regatas Vasco da Gama do depósito da parcela de junho/2024, correspondente a 20% (vinte por cento) da receita corrente do Clube de maio/2024", diz a certidão.

Caso o Vasco não regularize o pagamento em breve, a tendência é de que o juiz centralizador decida permitir a execução individual dos credores. Isso significa que o clube poderá voltar a sofrer com penhoras, por exemplo.

<https://ge.globo.com/futebol/times/vasco/noticia/2024/07/02/vasco-atrasa-parcela-do-regime-centralizado-de-execucoes-entenda-o-que-pode-ocorrer.ghtml>

SAF – SOCIEDADE ANÔNIMA DO FUTEBOL

Financiamento – Cruzeiro



Cruzeiro entra com pedido de recuperação judicial

Medida é considerada passo fundamental para que clube celeste reequilibre suas dívidas

A associação poliesportiva do Cruzeiro entrou com pedido de recuperação judicial na Vara Empresarial da Comarca de Belo Horizonte.

Em comunicado divulgado nesta terça-feira (12), o Cruzeiro informou que o pedido foi protocolado na segunda-feira e que a medida faz parte do plano de recuperação do Cruzeiro Associação, iniciado em junho de 2020.

O pedido de recuperação judicial estava previsto no clube para a implementação integral da Sociedade Anônima do Futebol (SAF).

Uma das exigências de Ronaldo, inclusive, para confirmar a compra de 90% da SAF do Cruzeiro.

Nas últimas semanas houve inúmeras demissões nas sedes sociais do Cruzeiro, tanto no Parque Esportivo do Barro Preto quanto na Campestre.

Reestruturação das dívidas

Daniel Vilas Boas, advogado responsável pela recuperação judicial do Cruzeiro, afirmou que a medida foi considerada a melhor alternativa para reestruturar as dívidas do clube.

“Além de permitir a criação da SAF, a legislação agora possibilita que as associações entrem com o pedido de recuperação judicial, que é um instrumento voltado para as organizações que, apesar de passarem por uma crise econômico-financeira, são economicamente viáveis, desde que suas dívidas sejam reestruturadas. A recuperação judicial foi avaliada como a melhor medida para o Cruzeiro, em substituição ao Regime Centralizado de Execuções, também previsto na lei. A associação contratou uma consultoria especializada na área financeira, a Alvarez & Marsal, para que estudasse o endividamento do Cruzeiro, a projeção de receitas, e apresentasse um plano de pagamentos. Após este estudo verificar os requisitos legais, a associação resolveu entrar com o pedido de recuperação judicial, que está dentro de um conjunto de iniciativas que o clube tomou, para que as dívidas sejam saneadas”, afirmou.

<https://www.itatiaia.com.br/editorias/cruzeiro/2022/07/12/cruzeiro-entra-com-pedido-de-recuperacao-judicial>



Coritiba entra com pedido de recuperação judicial

Clube paranaense, que anunciou projeto de reestruturação, tem dívida de R\$ 300 milhões.

Mais um clube de futebol brasileiro entrou com pedido de recuperação judicial. Depois da **Chapecoense**, foi a vez do **Coritiba Foot Ball Club** anunciar o seu projeto de reestruturação.

Em coletiva de imprensa, o time anunciou que entrou com um pedido de recuperação judicial para poder fazer um plano de pagamento da dívida para iniciar a **Sociedade Anônima do Futebol**. A dívida do clube é estimada em aproximadamente R\$ 300 milhões.

O Coritiba conta com a assessoria jurídica do escritório Lollato, Lopes, Rangel e Ribeiro Advogados nesse processo. O time também contratou a XP Investimentos para auxiliar na busca por investidores.

A diretoria do clube afirmou que o valor do investimento que busca não foi definido, que eles não estão atrás de um cheque, mas de um parceiro que possa ajudar na estruturação e buscar voos mais altos no futebol brasileiro.

“Buscar o investidor que não venha apenas pelo cheque, mas pela questão estratégica de fazer com que o Coritiba se fortaleça e se desenvolva” disse Juarez Moraes e Silva, presidente do clube, na **coletiva**.

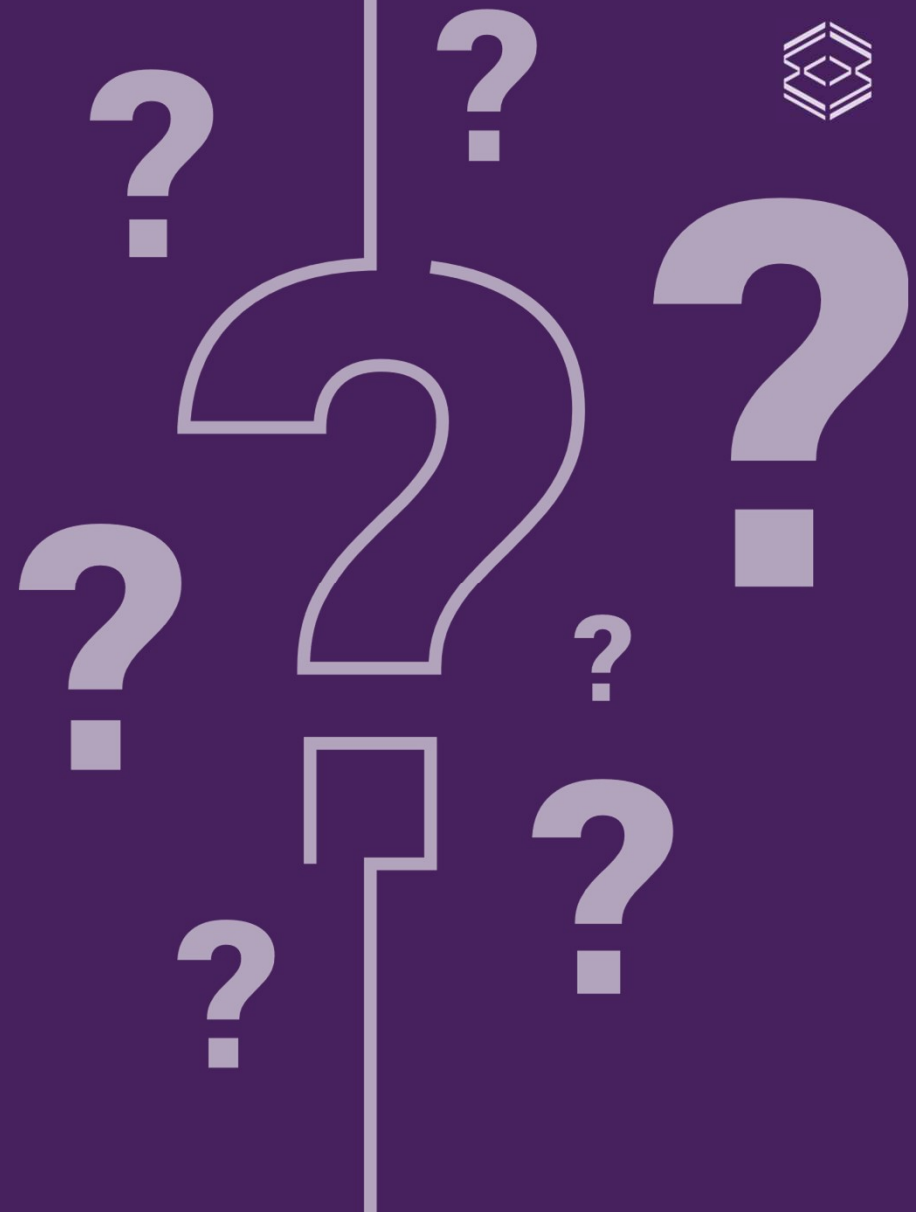
O pedido de **recuperação judicial** foi feito em 14 de março e aguarda deferimento do Tribunal de Justiça do Paraná.

<https://br.lexlatin.com/noticias/coritiba-entra-com-pedido-de-recuperacao-judicial>

A SAF opera com um regime tributário e contábil diferenciado em relação aos clubes associativos.

Considerando que estamos diante de um público formado majoritariamente por contadores:

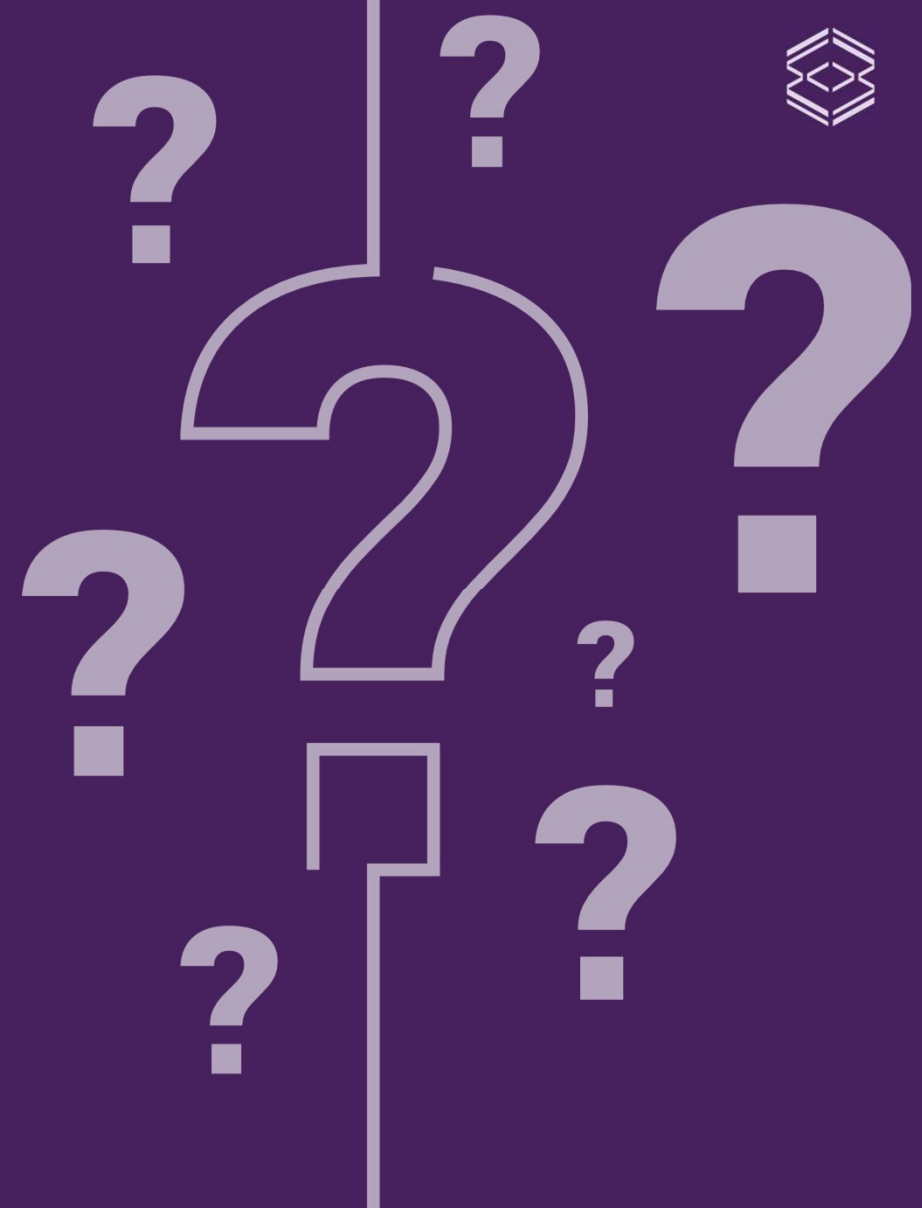
Você pode nos explicar como se dá, na prática, o tratamento contábil e tributário da SAF? E como está estruturada hoje a governança do clube sob esse novo modelo?



Sabemos que o planejamento estratégico da empresa Galo envolve um certo grau de confidencialidade. Ainda assim, do ponto de vista econômico-financeiro:

Qual é a estratégia de longo prazo para garantir a sustentabilidade do clube?

A insegurança jurídica que paira no Brasil é um impeditivo para a chegada de grandes investidores no futebol?

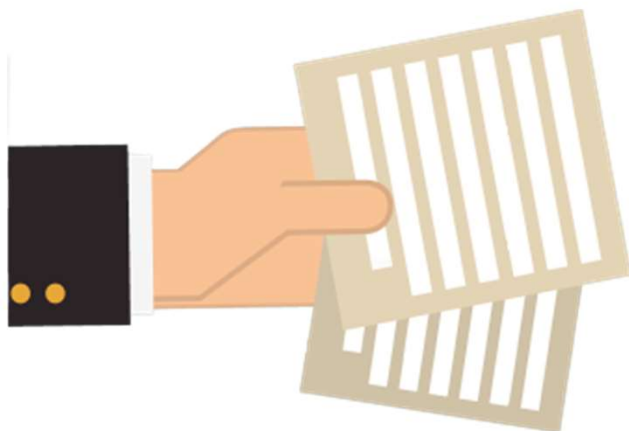


SAF – SOCIEDADE ANÔNIMA DO FUTEBOL

Financiamento



Os times poderão buscar financiamento no mercado, com a regulação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), das seguintes maneiras:



**Ofertas públicas de ações
(IPO) na bolsa de valores;**

**Atração de fundos
de investimento**

**Emissão de títulos de dívida
(debêntures-fut)**



Base legal: art. 26º e seguintes da Lei 14.193/21.

SAF – SOCIEDADE ANÔNIMA DO FUTEBOL

Financiamento



Andrés Sanchez concedeu entrevista e falou sobre a possibilidade do Corinthians virar SAF em um futuro próximo

Ex-presidente do **Corinthians**, **Andrés Sanchez** não crê na possibilidade da equipe paulista ser controlada por uma SAF (Sociedade Anônima do Futebol).

Em entrevista ao *podcast* da *Brasil Futebol Expo*, o ex-dirigente falou sobre a situação vivida pelo amigo **Ronaldo "Fenômeno"** no **Cruzeiro**, salientando que não há "controle jurídico" para as SAFs em vários aspectos - principalmente as cobranças via judicial.

Para Andrés, o que deve acontecer no Corinthians é outro modelo: a separação de clube social e departamento de futebol, mas com o clube mantendo a maioria das ações do futebol. Isso significa que, ao contrário de SAFs como Cruzeiro e Botafogo, a agremiação não passaria a ter dono.

O ex-cartola, todavia, salienta que isso demoraria muitos anos para acontecer, já que as decisões precisariam passar por várias votações e aprovações.

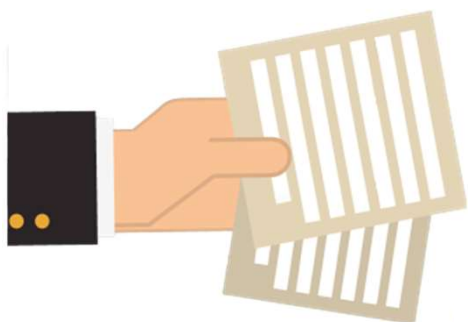
"Vou falar pelo Corinthians: não vejo o Corinthians com SAF e dono. Vejo o Corinthians, sim, separando clube social do futebol. O clube é dono de 51% das ações do futebol, e 49% das ações vão para um mercado aberto, na bolsa de valores", explicou.

"Vai levar quatro, cinco, sete, oito anos para acontecer isso, mas acho que esse é o futuro do Corinthians", complementou.

https://www.espn.com.br/futebol/brasileirao/artigo/_/id/10650354/andres-revela-conversa-ronaldo-detalha-varios-problemas-saf-cruzeiro-aponta-caminho-corinthians-vai-levar-ate-8-anos-mas-esse-futuro

SAF – SOCIEDADE ANÔNIMA DO FUTEBOL

Financiamento



**Emissão de
títulos de dívida
(debêntures-fut)**

Os recursos captados por meio de debêntures-fut deverão ser alocados no desenvolvimento de atividades ou no pagamento de gastos, despesas ou dívidas relacionados às atividades típicas da Sociedade Anônima do Futebol previstas nesta Lei, bem como em seu estatuto social



Remuneração por taxa de juros não inferior ao rendimento anualizado da caderneta de poupança, permitida a estipulação, cumulativa, de remuneração variável, vinculada ou referenciada às atividades ou ativos da Sociedade Anônima do Futebol;



Prazo igual ou superior a 2 (dois) anos;



Vedação à recompra da debênture-fut pela Sociedade Anônima do Futebol ou por parte a ela relacionada e à liquidação antecipada por meio de resgate ou pré-pagamento, salvo na forma a ser regulamentada pela Comissão de Valores Mobiliários



Pagamento periódico de rendimentos;



Registro das debênture-fut em sistema de registro devidamente autorizado pelo Banco Central do Brasil ou pela Comissão de Valores Mobiliários, nas suas respectivas áreas de competência.

Base legal: art. 26º e seguintes da Lei 14.193/21.

SAF – SOCIEDADE ANÔNIMA DO FUTEBOL

Regime de Tributação Específica do Futebol (TEF)



Art. 31. Institui o Regime de Tributação Específica do Futebol (TEF)

O regime implica no recolhimento mensal, mediante DARF dos seguintes impostos e contribuições, a serem apurados no regime de caixa: IRPJ, CSLL, PIS, COFINS e INSS patronal.

O pagamento mensal unificado deverá ser feito até o vigésimo dia do mês subsequente àquele em que houver sido recebida a receita.

O recolhimento nos moldes do TEF não exclui a incidência dos impostos e contribuições, na qualidade de contribuinte ou responsável, para o disposto abaixo, devendo observar a legislação aplicável.

- IOF
- Imposto de Renda relativo aos rendimentos ou ganhos líquidos auferidos em aplicações de renda fixa ou variável;
- Imposto sobre ganho de capital;
- FGTS;
- Imposto de Renda relativo aos pagamentos ou créditos efetuados pela pessoa jurídica a pessoas físicas;
- Demais contribuições instituídas pela União, inclusive as contribuições compulsórias dos empregadores sobre a folha de salários, destinadas às entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical, de que trata o art. 240 da Constituição Federal, e demais entidades de serviço social autônomo

Base legal: art. 31 e 32º e seguintes da Lei 14.193/21

SAF – SOCIEDADE ANÔNIMA DO FUTEBOL

Regime de Tributação Específica do Futebol (TEF)



Art. 32. Nos 5 primeiros anos a SAF ficará sujeita ao pagamento mensal e **unificado** dos tributos (IRPJ, CSLL, PIS, COFINS) sob a alíquota de **5% das receitas mensais recebidas**.



Receita Mensal: Totalidade das receitas recebidas pela Sociedade Anônima do Futebol, inclusive aquelas referentes a prêmios e programas de sócio-torcedor, excetuadas as relativas à cessão dos direitos desportivos dos atletas



A **partir do início do sexto ano-calendário** da constituição da SAF o TEF incidirá à alíquota **de 4%** da receita mensal recebida, compreendidos os tributos IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, **inclusive as receitas relativas à cessão dos direitos desportivos dos atletas**

É autorizado à Sociedade Anônima do Futebol e ao clube ou pessoa jurídica original captar recursos incentivados em todas as esferas de governo, inclusive os provenientes da Lei 11.438/2006 – Incentivos e benefícios para fomentar atividades desportivas.



Base legal: art. 31 e 32º e seguintes da Lei 14.193/21

SAF – SOCIEDADE ANÔNIMA DO FUTEBOL

Reforma Tributária – Capítulo VIII do Título V da LC nº 214/2025



Com a entrada em vigor da LC nº 214/2025, a partir de 1º de janeiro de 2027, o sistema de recolhimento por meio de documento único será mantido, mas serão incorporados os novos tributos sobre o consumo, impondo uma nova carga tributária nominal de 8,5%, composto pelos seguintes tributos:

Os créditos de IBS e CBS poderão ser utilizados apenas quando a SAF adquirir os direitos desportivos de um atleta, ou seja, na contratação de jogadores.

IRPJ/CSLL e Contribuições Previdenciárias – 4%

IBS – 3%

CBS – 1,5%

- Além do aumento da alíquota, haverá a **eliminação da isenção para a cessão de direitos desportivos de atletas**, receita que, atualmente, é isenta de tributação nos primeiros cinco anos de atividade da SAF;
- O novo regime também estabelece que a **base de cálculo para o pagamento mensal e unificado dos tributos será a totalidade das receitas recebidas no mês**, englobando prêmios, programas de sócio-torcedor, cessão de direitos desportivos dos atletas, cessão dos direitos de imagem e transferência de atletas para outras entidades desportivas.
- A nova tributação das SAF's entrará em vigor em **1º de janeiro de 2027**, com um **período de transição até 31 de dezembro de 2032**, revogando os artigos 31 e 32 da Lei nº 14.193/2021, anteriormente mencionados. Durante esse período, enquanto IRPJ, CSLL e contribuições previdenciárias permanecerão com a alíquota unificada de 4%, o IBS e a CBS terão suas alíquotas reduzidas, sendo majoradas progressivamente até a aplicação das alíquotas integrais a partir de 2033.

<https://www.cgmlaw.com.br/a-tributacao-das-sociedades-anonimas-do-futebol-safs-e-a-reforma-tributaria/>
<https://cmalaw.com/conteudos/reforma-tributaria-traz-alteracoes-importantes-no-regime-tributario-das-safs/>
<https://www.jota.info/artigos/o-novo-regime-tributario-da-sociedade-anonima-do-futebol>
<https://www.conjur.com.br/2024-jul-25/reforma-tributaria-cria-regras-especificas-de-tributacao-para-safs/>

SAF – SOCIEDADE ANÔNIMA DO FUTEBOL

Reforma Tributária – Capítulo VIII do Título V da LC nº 214/2025



CAPÍTULO VIII DA SOCIEDADE ANÔNIMA DO FUTEBOL - SAF

Art. 292. As operações com bens e com serviços realizadas por Sociedade Anônima do Futebol - SAF ficam sujeitas a regime específico do IBS e da CBS, de acordo com o disposto neste Capítulo.

Parágrafo único. Considera-se como SAF a companhia cuja atividade principal consista na prática do futebol, feminino e masculino, em competição profissional, sujeita às regras previstas na legislação específica.

Art. 293. A SAF fica sujeita ao Regime de Tributação Específica do Futebol - TEF instituído neste Capítulo.

§ 1º O TEF consiste no recolhimento mensal dos seguintes impostos e contribuições, a serem apurados seguindo o regime de caixa:

I - Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ;

II - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL;

III - contribuições previstas nos incisos I, II e III do *caput* e no § 6º do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;

IV - CBS; e

V - IBS.

§ 2º O recolhimento na forma deste Capítulo não exclui a incidência dos demais tributos federais, estaduais, distritais ou municipais, devidos na qualidade de contribuinte ou responsável, em relação aos quais será observada a legislação aplicável às demais pessoas jurídicas.

§ 3º A base de cálculo do pagamento mensal e unificado dos tributos referidos no § 1º deste artigo será a totalidade das receitas recebidas no mês, inclusive aquelas referentes a:

I - prêmios e programas de sócio-torcedor;

II - cessão dos direitos desportivos dos atletas;

III - cessão de direitos de imagem; e

IV - transferência do atleta para outra entidade desportiva ou seu retorno à atividade em outra entidade desportiva.

§ 4º O valor do pagamento mensal e unificado dos tributos referidos no § 1º deste artigo será calculado mediante aplicação das alíquotas de:

I - 4% (quatro por cento) para os tributos federais unificados de que tratam os incisos I a III do § 1º deste artigo;

II - 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) para a CBS; e

III - 3% (três por cento) para o IBS, sendo:

a) metade desse percentual correspondente à alíquota estadual; e

b) metade desse percentual correspondente à alíquota municipal.

§ 5º A SAF somente poderá apropriar e utilizar créditos do IBS e da CBS em relação às operações em que seja adquirente de direitos desportivos de atletas, pela mesma alíquota devida sobre essas operações, observado, no que couber, o disposto nos arts. 47 a 56 desta Lei Complementar.

§ 6º Fica vedada a apropriação de créditos do IBS e da CBS para os adquirentes de bens e serviços da SAF, com exceção da aquisição de direitos desportivos de atletas, pela mesma alíquota devida sobre essas operações, observado, no que couber, o disposto nos arts. 47 a 56 desta Lei Complementar.

§ 7º Para fins de repartição de receita tributária, o valor recolhido na forma do pagamento mensal unificado de que trata o § 4º deste artigo será apropriado aos tributos abaixo especificados, mediante aplicação dos seguintes percentuais sobre o valor recolhido:

I - 43,5% (quarenta e três inteiros e cinco décimos por cento) ao IRPJ;

II - 18,6% (dezoito inteiros e seis décimos por cento) à CSLL; e

III - 37,9% (trinta e sete inteiros e nove décimos por cento) às contribuições previstas nos incisos I, II e III do *caput* e no § 6º do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, distribuídos conforme disciplinado por ato do Ministro de Estado da Fazenda.

§ 8º Ato conjunto da RFB e do Comitê Gestor do IBS regulamentará a forma de recolhimento do IBS e da CBS devidos na forma deste Capítulo.

Art. 294. De 1º de janeiro de 2027 a 31 de dezembro de 2032, as alíquotas dos tributos que compõem o TEF serão:

I - quanto aos tributos federais de que tratam os incisos I a III do § 1º do art. 293 a alíquota definida no inciso I do § 4º do art. 293 desta Lei Complementar;

II - quanto à CBS, a alíquota definida no inciso II do § 4º do art. 293 desta Lei Complementar, a qual será reduzida em 0,1% (um décimo por cento) para os anos-calendário de 2027 e 2028; e

III - quanto ao IBS:

a) 0,1% (um décimo por cento) em 2027 e 2028;

b) 0,3% (três décimos por cento) em 2029;

c) 0,6% (seis décimos por cento) em 2030;

d) 0,9% (nove décimos por cento) em 2031;

e) 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) em 2032; e

f) o percentual integral da alíquota, de 2033 em diante.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto nas alíneas "a" e "b" do inciso III do § 4º e no § 7º do art. 293 desta Lei Complementar para a repartição da receita tributária dos tributos referidos no *caput* deste artigo durante o período de transição.

Art. 295. A importação de direitos desportivos de atletas fica sujeita à incidência do IBS e da CBS pelas mesmas alíquotas aplicáveis às operações realizadas no País, aplicando-se as regras das importações de bens imateriais, inclusive direitos, e de serviços previstas na Seção II do Capítulo IV do Título I deste Livro.

Art. 296. A cessão de direitos desportivos de atletas a residente ou domiciliado no exterior para a realização de atividades desportivas predominantemente no exterior será considerada exportação para fins da imunidade do IBS e da CBS, excluindo-se os percentuais de que tratam os incisos II e III do § 4º do art. 293 desta Lei Complementar da alíquota aplicável para cálculo do pagamento unificado de que trata o referido artigo.

RL1 Possivel aumentar fonte ?
Rafael Lacerda; 2025-05-14T13:07:52.434

ETAPAS DA OPERAÇÃO DE M&A



Fase 01 Atos Preparatórios

Assessoria atua nas negociações preliminares, incluindo elaboração ou revisão da LOI (letter of intent), documento que traz os parâmetros e bases do negócio almejado, as regras da Due Diligence e a confidencialidade (non disclosure agreement).

Fase 02 Legal Due Diligence

A Legal Due Diligence é um processo auditoria completa que será realizada na sociedade alvo, visando identificar situações de risco e contingências que possam influenciar nas condições do negócio, especialmente no preço e garantias. Estará no escopo da diligência, temas sensíveis para a operação, como situações de matéria fiscal, trabalhista, societária e regulatória.

Fase 03 Negociação Contratual

Na fase 3 a assessoria jurídica atuará na elaboração, revisão e negociação dos documentos definitivos da operação, como o próprio contrato de investimentos, por exemplo, e também dos contratos acessórios ao contrato principal, como alterações e reformas de estatutos, atas de assembleia de sócios e acionistas, acordos de quotistas e acionistas, contrato de prestação de serviço do diretor presidente, dentre outros, a depender do modelo ne negócio

Fase 04 Signing

Signing significa a efetiva assinatura do contrato principal e dos contratos acessórios, momento em que a assessoria jurídica estará presente juntamente com os clientes, tanto para revisar os documentos impressos, como para discutir eventuais pontos de ajuste que serão necessários ao negócio.

ETAPAS DA OPERAÇÃO DE M&A



Fase 05 **Pré-Closing**

Esta fase, compreendida entre o signing e o closing, envolve o cumprimento das chamadas condições precedentes definidas no contrato principal, bem como a prática das medidas preparatórias para o closing, incluindo a preparação de todos os documentos necessários para a efetivação da transferência das participações societárias e/ou ativos envolvidos.

Fase 06 **Closing**

Closing é o momento formal em que toda a documentação necessária para efetiva a transferência das participações societárias e ativos, bem como o fechamento efetivo da operação se concretiza. Para essa fase, é elaborado um instrumento conhecido como Termo de Fechamento, que consolida todos os atos praticados naquele momento.

Fase 07 **Pós-Closing**

Nesta etapa, os instrumentos definitivos já foram todos assinados e a assessoria atua de modo a acompanhar as obrigações estabelecidas na operação

Olhando o futebol de fora e conhecendo os balanços dos maiores clubes, percebemos que é difícil remunerar os acionistas (investidores dos clubes) pelo retorno do capital.

Qual o caminho que você sugere a médio/longo prazo pra essa retomada do capital investido?
Um IPO seria um caminho ?

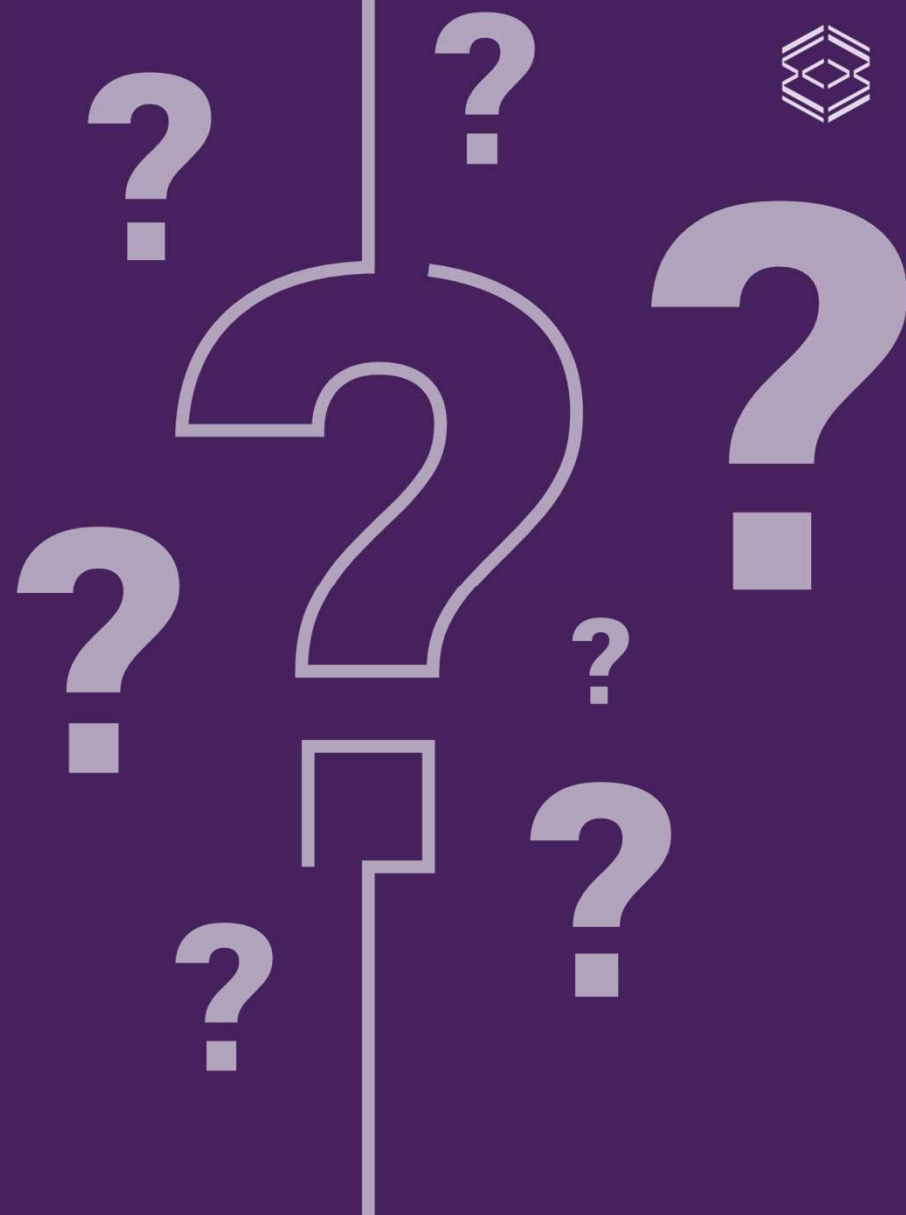


O cenário jurídico brasileiro ainda apresenta muitas incertezas. Na sua visão:

A insegurança jurídica é, hoje, um entrave real à entrada de grandes investidores no futebol nacional?

Além disso, vimos que os clubes criticam , criticam, mas “ajudam” na manutenção do *status quo*, como na recente reeleição do ex-presidente da CBF – Ednaldo (apesar da mudança de posicionamento de alguns clubes na eleição ocorrida no dia 25 de maio).

Não é contraditório ?





**UNIVERSIDADE
DO FUTEBOL**



LACERDA
DINIZ MACHADO

(31) 98481-2207
rafael@lacerdadiniz.com.br

Rua Maria Luiza Santiago, 200- 7º andar, Santa Lúcia
CEP: 30360-740
Belo Horizonte – MG



**Leia o QR code e
acesse nossas
redes sociais**